

# ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA ÉPOCA DA TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA (1975-1985)<sup>1</sup>

Paulo Giovani Antonino Nunes<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

A transição brasileira para a democracia foi bastante longa. Começou no final de 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel<sup>3</sup>, e outros militares que se identificavam com o antigo Presidente Castelo Branco, entre eles, o general Golbery do Couto e Silva, de dar início à liberalização gradual do regime, e só terminou definitivamente, apesar do governo civil do Presidente José Sarney (1985-1989), em 1989,<sup>4</sup> com a realização da primeira eleição presidencial direta, depois de três décadas. Segundo Keck (1991, p. 11):

[...] tão notável quanto a duração da transição foi a tentativa de os militares manterem o controle sobre a situação durante grande parte do processo, bem como o desejo demonstrado pelas forças políticas mais importantes no campo democrático de não precipitar uma ruptura decisiva com o regime autoritário.

A “política de distensão”, promovida pelo governo Geisel, foi um programa de medidas liberalizantes, cuidadosamente controladas, e definido no contexto do “slogan” oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” era vista no sentido de que se deveria

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Simpósio Temático “História Local Para além das Fronteiras: Fontes de Pesquisa e Metodologia aplicada”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Básicas e Sociais da Universidade Federal da Paraíba (Campus III - Bananeiras). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <paulogantonino@hotmail.com>.

<sup>3</sup> A tese, inicialmente levantada pelo brasilianista Stepan (1988, p.10), de que a liberalização começou dentro do aparelho de Estado e foi estimulada imediatamente por algumas das instituições da própria situação política autoritária, é hoje aceita pela maioria dos analistas da transição brasileira para a democracia iniciada no início do governo Geisel. Lamounier (1988, p. 131) também afirma que não faltam evidências de que os passos iniciais da abertura foram deliberados. Ele destaca os seguintes fatos que apontavam nesta direção: a presença de Armando Falcão no Ministério da Justiça; indicações de que seria suspensa a censura prévia; o apelo de Geisel à “imaginação criadora”, durante seu discurso de posse, manifestando a esperança de que fossem encontradas soluções que tornassem gradualmente desnecessárias as intervenções “revolucionárias”, baseadas em Atos Institucionais; e, no campo da legislação eleitoral, a chamada Lei Etelvino Lins, de 1974, um dos poucos projetos de iniciativa parlamentar estimulados pelo Executivo, que garantia o acesso igual e gratuito dos partidos políticos ao rádio e à televisão, durante as futuras campanhas. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Cava (1988, p. 238) afirma: “Hoje em dia, quase todos concordam que a política de distensão teve origem nos próprios meios militares, visando primeiramente, se não de modo exclusivo, controlar uma ação minoritária da ‘linha dura’ dentro das Forças Armadas. [...] Em nenhum momento essa política, ou as modificações subseqüentes que sofreu, pretendeu de fato devolver o poder Executivo do governo ao controle civil antes de meados da década de 90. Numa palavra, a distensão (que, depois de 1978, passou a ser chamada de ‘abertura’ [...]) era na verdade uma política estimulada pelo faccionalismo interno dos militares e que visava assegurar de maneira mais habilidosa o controle militar a longo prazo”.

<sup>4</sup> A transição, como veremos, terá várias fases, uma primeira, denominada de “distensão”, durante o governo do General Geisel, onde praticamente toda a iniciativa parte do governo que tem um controle parcial do processo. Durante o governo do General Figueiredo, foi denominada de “abertura”. Nesta fase, pela própria dinâmica do processo, o governo começou a perder o controle da situação, com o surgimento dos novos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical. Contudo, o governo só perde a iniciativa do processo com o advento das eleições diretas para governadores de Estado em 1982. Com a eleição indireta, via Colégio Eleitoral, do civil opositor, Tancredo Neves, para Presidente da República, em 1984, pode-se dizer que a ditadura acabou, pois houve alternância de poder e no governo de José Sarney, substituído de Tancredo Neves, que morreu, antes mesmo de assumir o cargo, foi convocada uma Assembléia Nacional Constituinte. Todavia, mesmo com o fim da ditadura militar e o início do governo civil, o processo de redemocratização só se completou definitivamente com a promulgação da nova Constituição, em 1988, e a realização das eleições diretas para Presidente da República, em 1989.

manter fiel às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento adotado e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional,<sup>5</sup> preservando, assim, os principais aspectos do aparato repressivo. Quanto à tese da “sem imobilidade” referia-se ao plano governamental de reformas que pretendia ser um passo à frente na liberalização progressiva, para uma volta à democracia.

De acordo com Alves (1989, p. 186), o governo pretendia fazer a distensão em estágios bem planejados, e na seguinte ordem: suspensão parcial da censura prévia; negociações com a oposição para o estabelecimento dos parâmetros de tratamento dos direitos humanos; reformas eleitorais, para elevar o nível de representação política; revogação das medidas mais coercitivas, inclusive o Ato Institucional nº 5. Para ela: “A meta global da política de ‘distensão’ era concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão e tensão que haviam tornado muito forte as ‘pressões’” (ALVES, 1989, p. 186).

O sistema político que se pretendia desenvolver foi definido pelo Presidente Geisel como “democracia relativa” ou “democracia forte”. Nele, o Estado disporia, pela Constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que surgisse alguma ameaça direta de contestação organizada ao regime. Todavia, as instituições políticas de representação seriam dotadas de flexibilidade para permitir uma participação restrita no processo decisório (ALVES, 1989, p. 186). Enfim, diz Alves (1989, p. 186):

Era um programa atento à advertência do General Golbery de que a repressão ilimitada, na busca de uma segurança absoluta, levaria em última análise à debilitação da segurança nacional pretendida. A ‘teoria da distensão’ e as políticas derivadas dessa análise constituíam uma derradeira busca de legitimação do Estado. Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente, garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo.

Dando prosseguimento à política de “distensão” iniciada no governo Geisel, o seu substituto João Batista de Figueiredo adotou a política de “abertura”. O seu governo ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da “democracia forte” estabelecida por Geisel. Tanto a política de “distensão” com a de “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Regime Militar. Foi aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de se obter maior estabilidade e apoio ao Regime, ao mesmo tempo, que era limitada a participação de setores da população que pudessem fazer uma oposição de

---

<sup>5</sup> Sobre as origens, desenvolvimento e conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento formulada pela Forças Armadas brasileiras e a tentativa de sua institucionalização após o golpe militar de 1964, Ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

caráter classista ao regime. Dessa forma, grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses enfrentaram repressão, enquanto grupos que não eram considerados suficientemente organizados para configurar antagonismo ou pressão puderam reorganizar-se e participar das decisões governamentais (ALVES, 1989, p.225).

## **1 CRONOLOGIA DA TRANSIÇÃO**

Em 1973, o governo militar, após um longo ciclo de crescimento econômico, que se convencionou chamar de “Milagre Brasileiro”, começa a enfrentar problemas na área econômica, entre outros motivos, devido à crise do petróleo de 1973. Segundo Skidmore (1988, p. 31), para o Brasil a única maneira de absorver o aumento do preço e manter o crescimento era usar as reservas ou fazer empréstimos externos. E o Brasil fez as duas coisas, duplicando sua dívida externa, somente em 1974, de 6,2 bilhões para 11 bilhões de dólares. A partir desta data, tem início o fim do “milagre”. Apesar de o Brasil manter, por alguns anos, o crescimento econômico, a crise econômica se instala pelo restante do regime militar, principalmente com o aumento da inflação e da dívida externa.

Nas eleições legislativas de 1974, o governo decidiu permitir o acesso, relativamente livre, de todos os candidatos, à televisão, provavelmente, devido ao excesso de autoconfiança após as eleições indiretas para governadores, onde o governo fora amplamente vitorioso. Segundo Skidmore (1988, p. 34), “Os resultados da eleição surpreenderam a todos, inclusive os estrategistas mais otimistas do MDB”. Pois o partido de oposição, o MDB, quase dobrou sua representação na Câmara dos Deputados, passando de 87 para 165 deputados. Foi um aumento considerável, mesmo levando em conta que o número total de cadeiras tenha crescido de 310 para 364. Já a ARENA, partido do governo, caiu de 223 para 199. Com relação ao Senado, os resultados foram igualmente ruins para o governo. A bancada do MDB aumentou de 7 para 20, enquanto a ARENA caiu de 59 para 46. Assim, enquanto a ARENA venceu por uma pequena margem no total de votos para deputado federal, o MDB venceu no total de votos para senador. O MDB ainda ganhou, além disso, o controle das assembleias estaduais nos principais estados do país, onde o eleitorado urbano era predominante. Segundo Skidmore (1988, p. 35), as eleições de 1974, “mostravam uma inesperada falta de apoio à ‘Revolução’. [...] O Planalto não poderia mais nutrir qualquer esperança sobre a habilidade da ARENA de vencer eleições relativamente livres”.

Para Lamounier (1988, p. 111), a vitória da oposição nas eleições de 1974, apesar de não ter afetado o monopólio governamental sobre as iniciativas de mudança pela via legislativa, nem os poderes que o AI-5 concentrava na Presidência da República, exerceu um impacto na conjuntura, em pelo menos três sentidos:

Primeiro, essa vitória coincidiu inteiramente com o surgimento de fator novo no contexto da experiência bipartidária iniciada em 1965. Esse fator novo é o sentido claramente plebiscitário do voto urbano dos principais Estados. Segundo, a revitalização do interesse popular pelas eleições e a magnitude da votação oposicionista levaram a um extraordinário aprofundamento de novas identificações partidárias, praticamente apagando, no que concerne à massa de eleitores, os vestígios do sistema multipartidário anterior a 1964. [...] [Por fim] ela deu início à autonomização da abertura como processo político, transformando-a em algo bem menos reversível do que o inicialmente antevisto na estratégia governamental.

O processo de abertura prosseguiu com avanços e retrocessos. Em 1975, houve a morte do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, na sede do Segundo Exército em São Paulo. Em 1976, a morte do operário Manoel Fiel Filho, também no Segundo Exército, causou a demissão de seu comandante, o general de linha-dura Ednardo d'Ávila Melo. Em fins de 1976, aconteceu uma série de atentados a bomba, patrocinado por grupos de extrema direita, contra a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e contra padres críticos do governo, que também sofreram ameaças e seqüestros. Mas esses atentados não se prolongaram por muito tempo, os responsáveis ou foram contidos por seus superiores ou resolveram parar. Nesta época, ainda como reflexo da derrota nas eleições de 1974, o governo também resolveu endurecer, e fez uso constante do AI-5 para reprimir comunistas, tidos como elementos importantes na vitória eleitoral do MDB e parlamentares opositores do regime.

Em 1976, o governo iria enfrentar novas eleições, desta vez de caráter municipal. Nesta eleição, o governo se precaveu contra o uso do rádio e da televisão pelos candidatos, conseguindo aprovar no Congresso Nacional a “Lei Falcão”, uma referência ao nome do Ministro da Justiça, Armando Falcão, que restringia o uso daqueles meios de comunicação. A partir da promulgação desta lei, era permitida aos candidatos apenas a difusão de suas fotos junto com resumo falado sobre a carreira política de cada um. Nestas eleições, a ARENA saiu-se vitoriosa no interior, mas perdeu nas áreas urbanas, onde o MDB demonstrou ter muita força, passando a controlar as Câmaras Municipais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Campinas e Santos (SKIDMORE, 1988, p. 36 e segs).

Temendo derrotas de seu Partido em futuras eleições, o governo inicia uma série de casuísmos, visando ganhar as eleições, que começa com o “Pacote de Abril”, em 1977, e termina com o voto vinculado em 1982. Em 1º de abril de 1977, usando como pretexto a recusa do MDB de apoiar uma lei governamental para reformar o judiciário, o Presidente Geisel fecha o Congresso<sup>6</sup> e edita o chamado “Pacote de Abril”, visando fortalecer a ARENA nas futuras eleições. As principais mudanças constitucionais contidas no referido Pacote foram as seguintes: a partir daí, as emendas constitucionais necessitariam somente da

---

<sup>6</sup> O fechamento do Congresso prejudicou a intenção de legitimação do regime e a própria política de “distensão”, mas conteve a força eleitoral da oposição (ALVES, 1987, p. 195).

aprovação majoritária do Congresso; todos os governadores de Estado e um terço dos senadores federais seriam eleitos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais, que incluíam as Câmaras Municipais, onde a ARENA predominava; os deputados federais seriam alocados na base média da população e não dos eleitores registrados, como em 1970 e 1974;<sup>7</sup> e, finalmente, a Lei Falcão de 1976 foi estendida às eleições do Congresso.

Também no ano de 1977, o governo enfrenta um protesto dos intelectuais e jornalistas sobre a questão da censura. A censura prévia tinha sido suspensa para os grandes jornais em 1975, mas continuava para outras publicações, e o Ministro da Justiça informou que ela seria estendida às matérias importadas. Diante deste fato, dois mil, setecentos e cinquenta jornalistas publicaram um protesto por todo o país, o qual havia sido precedido de um manifesto anticensura, assinado por mil intelectuais.

Em meados de 1977, o governo militar brasileiro também passou a ter problemas na área internacional. Com o início do governo Carter, nos Estados Unidos, e sua ênfase nos direitos humanos, o Departamento de Estado americano publicou um relatório sobre direitos humanos nos países que recebiam assistência militar dos Estados Unidos, o que era uma exigência do Congresso para fornecer ajuda a estes países. O relatório foi muito crítico em relação à situação dos direitos humanos no Brasil. O governo não gostou, considerando o fato uma interferência intolerável nos assuntos internos do Brasil, e cancelou o acordo de ajuda militar.

No final de seu governo, Geisel ainda enfrentou uma disputa com os “linhas-duras” do regime; o Ministro do Exército, general Sylvio Frota, não concordou com a escolha do general João Baptista de Figueiredo para suceder Geisel na Presidência e foi demitido. Em 1978, Figueiredo, tendo como vice, o civil Aureliano Chaves, foi eleito presidente, derrotando no Colégio Eleitoral o general Euler Bentes Monteiro, que tinha como vice Paulo Brossard, candidatos do MDB.

Um mês após as eleições presidenciais, realizaram-se as eleições para o Congresso. De acordo com Skidmore (1988, p. 47 e segs), as mudanças da lei eleitoral, contidas no “Pacote de Abril”, conseguiram evitar que o MDB vencesse e alcançasse a maioria no Congresso. Pois, a partir das disposições contidas no referido Pacote, como vimos, um terço do Senado passou a ser eleito indiretamente, os chamados senadores biônicos, e uma revisão da fórmula na representação da Câmara dos Deputados deu à ARENA a continuidade do controle das duas casas.

---

<sup>7</sup> Foi feita uma alteração no Artigo 31 da Constituição de 1969, determinando que o número de cadeiras de cada estado na Câmara dos Deputados não seria mais em proporção ao número de eleitores registrados no estado, como até então, mas em proporção a sua população total. Como os analfabetos não podiam votar, a regulamentação anterior permitia que os estados de maior índice de alfabetização obtivessem maior número de representantes, o que favorecia o MDB. A mudança na lei aumentava a representação dos estados pobres do Norte e Nordeste, onde os índices de analfabetismo eram muitos altos e onde a ARENA era mais forte (ALVES, 1987, p. 194).

No último ano do governo Geisel, medidas liberalizantes foram adotadas. Geisel, de acordo com sua promessa, afastou elementos-chave da estrutura autoritária. O Congresso aprovou medidas no mesmo sentido: a abolição do AI-5, privando, deste modo, o Presidente da autoridade de declarar o recesso do Congresso, cassar congressistas, ou privar os cidadãos de seus direitos; o *habeas-corpus* foi restituído para presos políticos e a censura prévia ao rádio e à televisão foi suspensa. Mas, ao mesmo em tempo que patrocinava medidas liberalizantes, o governo procurou obter novos poderes para controlar a transição. Obteve a autoridade de declarar o estado de emergência limitado, sem aprovação do Congresso, e propôs uma versão revisada da Lei de Segurança Nacional<sup>8</sup>, que muitos observadores consideravam uma fonte de poder arbitrário tão importante quanto o AI-5, pois, mesmo o número de crimes contra a segurança do Estado tendo sido reduzido e as penas abrandadas, a lei ainda permitia que prisioneiros políticos ficassem incomunicáveis por oito dias, em vez de dez, como era anteriormente. O Congresso nunca votou a lei, que foi aprovada por decurso de prazo, cláusula que considerava aprovada qualquer lei não votada dentro de 40 dias. No fim de 1978, buscando a reconciliação política com a oposição, Geisel revogou as ordens de expulsão de mais de 120 exilados políticos, sendo que alguns foram especificamente excluídos, entre eles, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes. Segundo Skidmore (1988, p. 49), Geisel e Golbery “levaram a liberalização mais longe do que todos os analistas políticos consideravam possível desde 1974. Mas importantes poderes arbitrários permaneciam”. Entre eles, a Lei de Segurança Nacional. O Congresso não tinha o controle sobre as verbas, não podia nem propor uma legislação de verbas nem aumentar uma verba proposta pelo Presidente; e o enorme aparato de segurança permanecia intocado. Alves (1987, p. 200), ao analisar o período do governo Geisel, conclui que ele:

[...] caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. Por um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizar e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhorias das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a Doutrina de Segurança Nacional Interna. À medida que se fortalecia o movimento de defesa dos direitos humanos, aumentavam no Estado de Segurança Nacional as pressões e contradições internas com respeito às políticas de repressão. Em consequência, o período foi de profunda incerteza, permitindo-se atividades políticas hoje para desencadear amanhã o Aparato Repressivo em operações maciças de busca e detenção.

No início do governo Figueiredo, o cenário econômico não era dos mais animadores. O Brasil conseguiu manter um elevado crescimento econômico desde o choque do petróleo em 1973, mas às custas de um rápido aumento do endividamento externo e um

---

<sup>8</sup> Esta lei, de nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, define os crimes contra a segurança nacional e estabelece regras para o seu processo e julgamento. Ela veio substituir o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que, por sua vez, havia revogado o Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar que se iniciou em 1964.

superaquecimento da economia. O plano quinquenal de Mário Henrique Simonsen, Ministro do Planejamento, que o forçava a explicar a necessidade de desaquecimento, transformou-o no alvo de críticas de todos os setores. Os estrategistas políticos dentro do novo governo recusavam-se a aceitar que o “milagre” tinha chegado ao fim. Simonsen foi demitido e substituído por Delfim Neto, que prometia manter o crescimento do país, promessa não cumprida ao longo do governo (SKIDMORE, 1988, p. 50-51).

Durante o governo Figueiredo inicia-se a luta pela anistia, que foi uma das campanhas para a qual a oposição conseguiu mobilizar um amplo apoio. A lei de anistia do Ministro da Justiça Petrônio Portela foi aprovada pelo Congresso em agosto de 1979. Foram anistiados todos os presos ou exilados por crimes políticos desde 1961, data da última anistia. Mas, estavam excluídos aqueles culpados de “crime de sangue” durante a resistência armada ao governo. A lei também restabelecia os direitos políticos aos que os tinham perdido devido aos Atos Institucionais. Pela lei, os torturadores de presos políticos durante o regime também foram anistiados.

Outro fato importante ocorrido no governo Figueiredo foi a volta do multipartidarismo, a partir de uma reorganização do sistema político-partidário. Após a derrota do governo nas eleições de 1974, Golbery havia chegado à conclusão de que o sistema bipartidário compulsório tendia a fortalecer a oposição e que seria difícil o Partido do governo vencer eleições, mesmo que apenas parcialmente abertas. A solução encontrada por ele foi conservar o Partido do governo, com novo nome, e facilitar a criação de vários partidos de oposição. Segundo Skidmore (1988, p. 54), para os estrategistas do regime, o governo poderia, assim, manter sua posição, ou atraindo o voto oposicionista ou formando uma coalizão com os elementos mais conservadores da oposição. Uma lei para cumprir estes objetivos foi enviada para o Congresso e aprovada em novembro.<sup>9</sup>

O ano de 1980 foi marcado pelo aumento da crise econômica, da inflação, mudanças na lei de reajuste salarial e conflitos sindicais. Todavia, na frente política, a liberalização continuava. O Congresso aprovou, em novembro de 1980, uma emenda constitucional enviada pelo governo para reintroduzir as eleições diretas para governadores de Estado e todos os senadores, embora os senadores “biônicos” só terminassem seus mandatos em 1986. Esta medida significou uma anulação parcial do “Pacote de Abril”. Porém, nem todos estavam a favor da liberalização. Os opositores clandestinos da abertura política prepararam uma campanha de violência, durante o ano de 1980 e o começo de 1981. O Brasil foi sacudido por uma série de incidentes violentos e ameaças para que bancas de revistas não vendessem publicações esquerdistas. Quem desobedecia tinha suas bancas explodidas por

---

<sup>9</sup> Com a lei da reformulação partidária foi introduzido novamente no país o sistema multipartidário, na ocasião, o partido do governo, a ARENA transformou-se em PDS, o da oposição o MDB, em PMDB e foram criados mais três partidos, o PDT, o PTB e o PT, também de oposição.

bombas. Carta-bomba mandada à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – matou a secretária; o atentado do Riocentro, etc. Este último ato causou a saída de Golbery do governo, que se demitiu por discordar do acobertamento dos culpados por parte do governo. Mas, segundo Skidmore (1988, p. 60-61): “Apesar da renúncia de Golbery, o incidente do Riocentro e seu desenrolar acabaram por facilitar a abertura, colocando os militares direitistas mais na defensiva. O terrorismo parou, como para confirmar que os direitistas tivessem optado pela contenção”.

Ao se aproximarem as eleições de 1982, mesmo com a reorganização partidária, o governo sentiu que não seria capaz de garantir a vitória de seu Partido, o PDS, com uma margem suficientemente grande para assegurar o controle sobre o Colégio Eleitoral que elegeria o próximo Presidente da República. Em novembro de 1981, o governo utiliza-se de mais um casuísmo, manda ao Congresso o “Pacote de Novembro”, que proibia as coligações eleitorais e determinava que os eleitores votassem em única legenda, o chamado voto vinculado.

A estratégia de dividir as oposições através da reforma do sistema partidário, mais os casuísmos do “Pacote de Novembro”, deram resultados para o governo nas eleições de 1982. Pois, embora as oposições tenham conseguido 59% do total dos votos populares, não obtiveram a maioria no Congresso, tomadas as duas casas juntas, ou no Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor de Figueiredo. Na Câmara dos Deputados, a oposição ficou com 240 representantes e o governo, com 235; no Senado Federal, a oposição tinha 23 e o governo, 46. No Colégio Eleitoral, o PDS mantinha uma maioria de 359 a 321. Contudo, um racha no partido do governo, devido a não aceitação do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, como candidato do governo a Presidente da República, levou à vitória do candidato oposicionista, Tancredo Neves, que contou com o apoio da chamada Frente Liberal, dissidência do PDS.

Para Lamounier (1988, p. 124), os níveis de poder mais decisivos para a questão democrática não se achavam em jogo, de 1974 até 1982. Para ele, esses níveis seriam o acesso ao Poder Executivo Federal, através da disputa da Presidência da República; a orientação da política econômica, obviamente dependente do Poder Executivo; as expressões legais da tutela militar sobre o processo político, corporificadas no AI-5, até o final de 1978, e que sobreviveram indiretamente, mediante o dispositivo constitucional do “estado de emergência”. Então, no sentido institucional, as eleições de 1982, com a eleição de dez governadores da oposição e perda pelo governo da maioria absoluta da Câmara dos Deputados, que deram ao sistema político um caráter aproximadamente diárquico e elevou o nível de confronto, no que diz respeito à própria sucessão presidencial, representaram um marco significativo. Pois, a partir dela, “não resta dúvida que o processo de abertura atingiu um novo patamar, na medida em que se desfez o monopólio governamental da iniciativa

político-institucional. Configura-se, assim, o esgotamento do processo de abertura nos termos de seu projeto inicial” (LAMOUNIER, 1988, 124).

## **2 A SOCIEDADE CIVIL NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO: IGREJA, OAB, ABI, MOVIMENTO POPULARES, MOVIMENTO SINDICAL E ESTUDANTES<sup>10</sup>**

Até o final dos anos de 1960, a Igreja Católica no Brasil não se opôs ao regime militar implantado em 1964, pelo contrário, chegou até a apoiá-lo. Segundo Cava (1988, p. 236-237), dois fatos marcaram a mudança dessa política: primeiro, quando em 1970, a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Vaticano e, posteriormente, o próprio Papa Paulo VI denunciaram a tortura no Brasil. No ano seguinte, Dom Paulo Evaristo Arns, recém nomeado Arcebispo de São Paulo, condenou publicamente a tortura de funcionários da Igreja nas prisões do Segundo Exército, em São Paulo. Assim, no início dos anos de 1970, a Igreja Católica brasileira viu-se liderando uma campanha mundial contra a tortura no Brasil. O segundo fato aconteceu no final de 1979, na data do vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, quando as Igrejas cristãs do Brasil (à exceção das pentecostais) lançaram por todo o país uma campanha pelos direitos humanos. Dessa forma, segundo Cava (1988, p. 237):

Fora dado o primeiro passo coletivo no sentido de negar legitimidade ao regime. Mais ainda, na ausência de associações voluntárias viáveis e de partidos políticos, as Igrejas de um modo geral e, em particular, a Igreja Católica, já então se haviam transformado na mais proeminente força de oposição ao domínio militar. No caso da Igreja Católica, excetuando-se os próprios militares, nenhuma outra instituição dispunha, como ela, de uma rede de quadros espalhados por toda nação, de um sistema de comunicações (ainda que somente de porta em porta) que funcionasse apesar da censura e, ao contrário dos militares, de uma organização em escala mundial com a qual pudesse contar em termos de apoio e na qual pudesse confiar para dispor de uma 'audiência internacional.

Após o culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo, por ocasião da morte, sob tortura, nas dependências do Segundo Exército, do jornalista Vladimir Herzog, a Igreja se viu moralmente autorizada a agir por delegação em nome da sociedade civil. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo passou a dividir com a OAB a tarefa da campanha contra a tortura, convertendo-se numa força da sociedade civil de âmbito nacional (CAVA, 1988, p. 240).

Segundo Cava (1988, p. 243), três fatores ajudaram para essa nova postura da Igreja Católica: primeiro, uma nova hegemonia que começou a se formar dentro da referida instituição de setores progressistas, vinculados às causas populares; segundo, a

---

<sup>10</sup> Obviamente, os partidos políticos são um dos principais elementos que compõe a sociedade civil, mas neste item do texto nós não trataremos de forma específica deles, a discussão sobre os mesmos permeia o texto como um todo.

legitimação, por parte da CNBB, desse processo que começara a se desenvolver e, por último, a emergência dos novos movimentos sociais seculares no meio das classes populares, principalmente, nas periferias de São Paulo, a partir de 1973, onde a Igreja teve uma participação direta.

Alves (1987, p. 201) considera que, em termos políticos, o aspecto mais marcante da atuação da Igreja Católica, no período de transição, foi sua capacidade de articular a “política formal” e a “política de base”. No terreno da “política formal”, a atuação desta deu-se através da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). Na “política de base”, através das várias pastorais criadas pela Igreja, tais como: a da Terra, a do Mundo do Trabalho, a dos Direitos Humanos, etc. Esse tipo de organização permitiu à Igreja implantar uma ampla rede de grupos locais, arregimentando milhares de pessoas para trabalhar numa determinada área. Assim, por exemplo, a Pastoral dos Direitos Humanos atuou em todas as comunidades de base criadas pela Arquidiocese de São Paulo e disseminadas pelos grupos locais em paróquias, associações de moradores e fábricas. Estas organizações de base foram à fonte de influência social e política da Igreja e tinha um sistema de comunicação oral eficiente, comunicando rapidamente à Arquidiocese a prisão de militantes políticos para que a Igreja pudesse agir em sua defesa.

Outra entidade que desempenhou importante papel na luta contra a ditadura foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com Alves (1987, p. 209), as atividades da OAB na esfera judiciária foram importantes para ajudar a neutralizar elementos da cultura do medo: a defesa dos presos políticos combatia tanto o isolamento quanto à descrença; e as campanhas educativas de esclarecimentos promovidas pela entidade eram eficazes instrumentos contra o silêncio até então imposto. Para a referida autora, os advogados aderiram à oposição ao Regime Militar por dois motivos: primeiro, este criou uma estrutura paralela de leis extraordinárias outorgadas e revogadas por decretos do Executivo, que coexistia com o corpo tradicional de leis legitimadas pela Constituição. Esta dupla estrutura dificultava o trabalho profissional dos advogados. Segundo, os advogados que defendiam presos políticos ou investigavam as atividades do Aparato Repressivo constantemente tornavam-se alvos da repressão. Diante desta situação, os advogados utilizaram sua entidade profissional para pressionar o governo federal e forçá-lo a restabelecer o estado de direito e revogar a estrutura paralela.

Alves (1987, p. 210) considera que a atuação da OAB foi particularmente importante, no estabelecimento dos limites entre o quadro jurídico legítimo – o das leis promulgadas pelo Congresso de acordo com a Constituição – e o sistema jurídico paralelo e ilegítimo – o das leis de exceção impostas pelo Executivo a partir de 1964 sem a aprovação do Congresso; na defesa dos direitos humanos e na exigência da revogação da legislação repressiva; e no esclarecimento da opinião pública sobre questões legais e direitos públicos e civis. Mas,

para a referida autora, em termos políticos, a contribuição mais importante da OAB foi provavelmente:

[...] o questionamento da legitimidade da estrutura legal do Estado de Segurança Nacional. A Ordem e alguns respeitados juristas estabeleceram uma distinção entre o 'estado de Direito' definido como sistema regido por legítimas estruturas legais – e o 'estado de exceção' – caracterizado como de estruturas legais ilegítimas. As definições e a insistência nessa distinção negava ao Estado de Segurança Nacional a legitimação que buscava com sua constante preocupação em baixar decretos-leis, atos institucionais e complementares (ALVES, 1987, p. 211).

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também teve um papel importante na luta contra a ditadura militar instalada em 1964 no Brasil, principalmente na luta contra a censura prévia aos órgãos de imprensa. Nos primeiros anos do regime militar, quando a censura prévia à imprensa ainda não havia sido instalada, o papel da ABI limitou-se à coordenação das atividades dos jornalistas, à defesa dos profissionais ameaçados e à promoção de debates educativos, conferências e sessões de estudo. Contudo, após a promulgação do AI-5, a imprensa passou a sofrer a censura prévia e outras formas de controle. Diante dessa nova conjuntura, a ABI além de dá prosseguimento a sua atuação educativa, deu cobertura à organização de comissões e grupos de combate à censura à imprensa e a outras atividades culturais de modo geral. Assim, a partir de 1969, tornou-se cada vez mais ativa como fórum para manifestação de recusa aos controles impostos à opinião e ao pensamento, coordenando atividades de grupos de oposição que defendiam a liberdade de expressão, canalizando-as para o terreno da política formal, de modo a exercer pressão direta sobre o Estado.

Além das atividades desenvolvidas pela ABI, a própria imprensa desenvolveu formas alternativas de resistência à censura prévia. Esta reação assumiu duas formas: o surgimento de semanários ou tablóides alternativos de oposição, que criticavam mais livremente as políticas econômicas e repressivas do governo; e a articulação de campanhas simbólicas de resistência à censura, que consistia na publicação indireta ou disfarçada de informações, para leitura nas entrelinhas, e, de forma direta, na veiculação de comprovações da censura. Várias técnicas foram utilizadas pelos órgãos de imprensa para mostrar a dureza da censura no país: um espaço era deixado em branco para ficar claro que houve veto, se estampava poemas, receitas culinárias, fotografias de animais enjaulados no lugar dos textos censurados, etc. (ALVES, 1987, p. 215 e segs). Segundo a referida autora, a fusão exercida pelas atividades da ABI e a campanha simbólica dos principais jornais obrigaram o governo do Presidente Geisel a eliminar a censura prévia à grande imprensa, em 1975, e, em 1978 à imprensa alternativa.

Com a suspensão da censura prévia, a imprensa passou a exercer um papel importante no processo de liberalização do regime, veiculando críticas ao modelo econômico adotado pelo Regime Militar, denunciando corrupção no governo, dando abertura às denúncias de tortura a presos políticos e exigindo investigação e o fim da violência. Para Alves (1987, p. 225):

Os setores da elite da oposição (a CNBB, a OAB, a ABI e os grupos organizados no MDB) desempenharam papel decisivo em ambos os governos, de Geisel e de Figueiredo. Eles ampliaram o espaço político, enfrentando o Estado a partir de suas posições de autoridade na sociedade civil e questionando a legitimidade que o Estado de Segurança Nacional tentava assumir. Estes setores também lograram bloquear as tentativas de reinstaurar medidas coercitivas.

A partir de meados da década de 1970, com a liberalização parcial do regime e a revogação do AI-5, abriu-se a possibilidade legal para o surgimento de um movimento popular configurado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja, os grupos associativos seculares e um novo movimento sindical, do campo e das áreas urbanas. A partir do governo Figueiredo, este movimento viria desempenhar um papel importante no processo político e na oposição ao regime militar. Segundo Mainwaring (1988, p. 306):

Seria enganoso atribuir peso significativo aos movimentos populares no início da abertura. Aliás, a debilidade dos movimentos populares, e não sua força, foi um fator importante na criação de confiança dentro do regime, para que ele pudesse se liberalizar sem temer efeitos adversos. E especialmente nas áreas rurais, a abordagem do regime aos movimentos populares permaneceu repressiva até 1978. Entretanto, a abertura permitiu mais espaço para os movimentos populares, os quais usaram esse espaço para colocar novos itens na agenda política.

Lamounier (1988, p. 124) também concorda com a tese de Mainwaring. Para ele:

A importância dos movimentos da chamada sociedade civil – movimentos estudantis, religiosos, de associações profissionais, finalmente sindicais – não foi tanto a de forçar o início da abertura, mas sim a de ir aos poucos criando constrangimentos não formais, porém eficazes, ao exercício ditatorial do poder.

Estes movimentos de base eram de dois tipos: os movimentos seculares e os vinculados à Igreja Católica. As organizações de base seculares eram associações cívicas, independentes do Estado em financiamento e administração. Estas organizações tinham nomes variados: associações de moradores de bairros, sociedades ou associações de amigos de bairros, associações de moradores de favela ou associações comunitárias. Elas objetivavam mobilizar a população para atividades de pressão política, privilegiando a mobilização da comunidade para obtenção de melhorias no bairro (ALVES, 1987, p. 225-226). Segundo esta autora:

Durante o período do Estado de Segurança Nacional, as associações de moradores e favelados têm desempenhado papel decisivo na organização dos pobres. A partir de suas organizações locais, a população aprendeu a coordenar campanhas mais amplas, de nível estadual ou nacional, para pressionar o governo (ALVES, 1987, p. 229).

Quanto aos movimentos de base vinculados à Igreja Católica, além da parte canalizada institucionalmente pelas organizações da CNBB e das diferentes pastorais, surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).<sup>11</sup> Elas são pequenos grupos de fiéis organizados junto a uma paróquia urbana ou rural e têm geralmente origem no trabalho de agentes pastorais, animadores de comunidades ou diáconos, padres e membros de ordens religiosas. Segundo Alves (1987, p. 235-236):

A importância política e social das CEBs está em sua capacidade de despertar a consciência crítica da condição de opressão e estimular o respeito próprio, a esperança e, em consequência, uma efetiva ação pela mudança. O papel conscientizador das CEBs tem contribuído para o significativo fortalecimento dos movimentos populares de base. Elas desempenham duas importantes funções no movimento social global: estimulam a efetiva organização e inspiram profundo compromisso com a participação democrática interna, valorizando cada ser humano e ativando seu potencial como agente de mudança histórica. Desse modo, as comunidades de base têm sido verdadeiras escolas de sementeira da participação democrática.

Em meados de 1978, um novo personagem entra em cena, os trabalhadores urbanos - que estavam afastados da cena política desde a repressão às greves de Osasco e Contagem em 1968 - com a greve da indústria automobilística do ABC, cinturão industrial de São Paulo, liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva, o Lula.

O movimento sindical brasileiro parecia “adormecido” no início dos anos 70, após toda repressão que se abateu sobre ele, a partir do golpe militar de 1964. Todavia, no interior das fábricas, havia pequenas mobilizações por melhores condições de trabalho, reajustes salariais, etc., que levavam a realizações de “operação tartaruga”, pequenas greves de algumas horas, recusa a fazer hora extra, etc., não visíveis para a sociedade como um todo, mas que serviram para manter a identidade dos trabalhadores enquanto grupo social.

A partir da “distensão”, lenta, gradual e segura, de Geisel, em 1974, a conjuntura tornou-se mais favorável para o movimento sindical e, a partir daí, foram surgindo fatos que levaram à reorganização do movimento sindical brasileiro, como a campanha de reposição salarial realizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a partir da descoberta da falsificação do índice da inflação para o ano de 1973.<sup>12</sup> Esta campanha, apesar de não ter sido vitoriosa,

---

<sup>11</sup> Sobre as origens e a história das CEBs, Ver CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. et al, Comunidades Eclesiais de Base. In: SINGER, Paul.; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org), **São Paulo: o povo em movimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 3. ed. 1982, p. 59-81 e BETO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>12</sup> O DIEESE descobriu que o governo publicou um índice inflacionário menor do que o realmente havido, com o objetivo de conceder uma menor reposição salarial aos trabalhadores. Esta fraude foi depois confirmada pelo Banco Mundial e publicada na imprensa em 1977, o que desencadeou uma campanha pela reposição do que os trabalhadores tinham perdido na época.

serviu para que os trabalhadores percebessem que o sindicato era alguma coisa além de um serviço de assistência social. Serviu, também, para que o sindicato percebesse a importância da mobilização dos trabalhadores, já que as lutas anteriores tendiam a ser encaminhadas por meios jurídicos, sem a participação dos trabalhadores, e a luta pela reposição salarial ajudou a atrair amplos setores da sociedade para o movimento.

Outro fato marcante foi à realização do V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no Rio de Janeiro, em 1978. Neste encontro, um grupo de sindicalistas dos sindicatos oficiais, entre os quais se encontrava Lula, na época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, opôs-se à cúpula da CNTI, considerada vinculada aos interesses dos patrões e do governo, formando um grupo de oposição. Estes sindicalistas passaram a ser denominados desde então, de “sindicalistas autênticos” (KECK, 1988, p. 395 e segs). Segundo Rodrigues (1991, p. 15-16), deste grupo:

[...] faziam parte, de um lado, a nova geração de diretores de sindicatos [...] que nesse momento poderiam ser classificados também como ‘independentes’ e, de outro lado, os sindicalistas com vinculação partidária, basicamente com o PCB [...]. Em função da reunião da CNTI, quando os dois grupos se aproximaram na crítica aos dirigentes dessa entidade e na defesa de uma postura mais militante do sindicalismo surgiu um organismo de coordenação, a Intersindical<sup>13</sup> de existência efêmera.

Outro fato considerado significativo foi a realização do IX Congresso de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979. Nele se colocou a criação de uma Central Única dos Trabalhadores como um dos objetivos a ser alcançado pelos trabalhadores e também se defendeu a criação de um Partido dos Trabalhadores.<sup>14</sup>

A partir da segunda metade dos anos de 1970, o movimento estudantil, que foi duramente reprimido a partir de 1968 e teve suas organizações representativas autônomas proibidas de funcionar, volta a ter uma atuação pública e uma influência importante na luta contra a ditadura devido à sua visibilidade. Segundo Marcondes (1991, p. 07):

Caberia ao movimento estudantil, o ME, a honra de ser o primeiro a botar a cara para bater. Literalmente.

Primeiro, foram as manifestações dentro do campus. Contra diretores de faculdades autoritários, contra a política educacional do governo, por melhorias nos restaurantes universitários [...]. Até chegar as reivindicações mais politizadas, como passeatas pela libertação dos presos políticos. Eram chamadas cada vez mais freqüente assembléias gerais universitárias, que uniam estudantes das diversas faculdades, tornando palpável a reconstrução do Diretório Central.

---

<sup>13</sup> A Intersindical, apesar das divergências entre os sindicalistas “combativos”, liderados por Lula, e os “reformistas”, liderados pelos partidos comunistas, se manteve até os momentos que antecederam a criação da CUT, em 1983, quando não mais foi possível manter a unidade entre estas correntes.

<sup>14</sup> A proposta de criação do Partido dos Trabalhadores foi levada ao referido Congresso pelo então deputado federal do MDB paulista, Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, que mantinha relações com a organização trotskista, Convergência Socialista, apesar de não fazer parte da mesma. A referida proposta foi aprovada e passou a constar nas resoluções do mesmo.

Em 1977, um protesto sobre questões acadêmicas prolonga-se para manifestações antigovernamentais. Apesar da repressão, na maioria das manifestações – tentativa de greve na UNB e prisão de 850 estudantes, que pediam o restabelecimento da democracia num encontro nacional de estudantes em Belo Horizonte – a polícia mostrava hesitação. Segundo Skidmore (1988, p. 43), “Pela primeira vez desde 1968, os ativistas sentiram que poderiam enfrentar o aparelho de segurança”.

No mesmo ano, os estudantes começaram a reorganização da UNE, com uma série de manifestações e passeatas, inicialmente em São Paulo, posteriormente em todo país. No dia 22 de setembro de 1977, os estudantes realizaram na USP um Encontro Nacional para eleger uma comissão de representantes que se encarregaria da reorganização clandestina da UNE. Ao mesmo tempo, na PUC se realizava uma assembléia universitária programada para encobrir o Encontro secreto. Ao fim da assembléia, foi comunicada a realização do referido Encontro, e os estudantes decidiram realizar, à noite, uma comemoração aberta no auditório da Universidade, mas foram duramente reprimidos pela Polícia Militar de São Paulo, comandada pelo coronel Erasmo Dias. Bombas feriram dezesseis estudantes, centenas foram presos e sete enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Durante esse período de reorganização do movimento estudantil que se iniciou na USP e se espalhou por todo Brasil, as principais tendências que disputavam a liderança do movimento eram as seguintes: Refazendo, originada de militantes da Ação Popular (AP); Liberdade e Luta (Libelu), vinculada à Organização Socialista Internacionalista (OSI); Caminhando, ligada ao PC do B; Alternativa, ligada à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e Organizar a Luta, ligada ao MEP.

Estes movimentos da sociedade civil, que lutaram contra a ditadura militar vão ter um papel fundamental na construção do Partido dos Trabalhadores, especificamente, o movimento sindical, os movimentos populares ligados à Igreja Católica e o movimento estudantil, que tinha uma atuação vinculada às organizações de esquerda clandestina.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho**, Campinas/SP: UNICAMP/ Ensaio, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**, São Paulo: Brasil Urgente, 1991.
- BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.) **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996, p. 57-98.
- BERNSTEIN, Serge.; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès.; TÉTART, Philippe (Orgs) **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p 127-130.

- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: Laços Permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, vol 12, N. 23/24, 1991 / 2, p. 7-18.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de. et al, Comunidades Eclesiais de Base, In: SINGER, Paul.; BRANT, Vinícius Caldeira. (Org.). **São Paulo: O Povo em Movimento**, Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap, 3. ed. 1982, p. 59-81.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1964-1984)**, São Paulo: Difel, 1984.
- CHAUI, Marilena. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-16.
- CHAUVEAU, Agnès.; TÉTARD, Philippe. Questões Para a História do Presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 7-37.
- DELLA CAVA, Ralp A. A Igreja e a Abertura (1974-1985). In: STEPAN, Alfred, **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 231-273.
- GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário: Notas para discussão. **Desvios**, N. 1, São Paulo: p.10-27. nov. 1982,
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas: A Esquerda Brasileira, das Ilusões Perdidas à Luta Armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.
- KECK, Margaret E. O 'Novo Sindicalismo' na Transição Brasileira. In: STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 381-440.
- MAINWARING, Scott. Os Movimentos Populares de Base e a Luta pela Democracia: Nova Iguaçu. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 315-380..
- MARCONDES, Celso. Anos Incríveis. **Teoria e Debate**. N. 35, São Paulo:1991, p. 4-9, jul/ago/set, 1997.
- MELHEM, Célia Soibelmann. **Políticas de Botinas Amarelas**. O MDB Paulista de 1965 a 1988. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MOISÉS, José Álvaro. Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?. In: MOISÉS, J.A. et al **Alternativas Populares de Democracia: Brasil Anos 80**. São Paulo: Vozes/CEDEC, 1982a.
- MOISÉS, José Álvaro. **Lições de Liberdade e de Opressão: O Novo Sindicalismo e a Política**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.
- MORONI, Amnérís. **A Estratégia da Recusa** (Análise das Greves de Maio de 78), São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, Semeadores da Democracia**. História Oral de Vida Política. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. In: **Saeculum**: Revista de História. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000.
- RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a, p. 13-36.
- RIOUX, Jean – Pierre. Pode-se Fazer uma História do Presente?. In: CHAUVEAU, Agnes.; TÉTARD, Philippe. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 35-50.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das Centrais Sindicais. In: BOITO Jr.(Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 15-16.
- ROSANVALLON, Pierre. Por Uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol 15, N. 30, 1995, p. 27-52.
- SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.